

MARCO TEMPORAL E ESCRIVENTES: TERRITORIALIDADES, MARÉ-RJ E POVOS EM MOVIMENTO

Camila Reis Tomaz
corporalidadeafroindigena@gmail.com¹

Nilton Abranches Junior
niltonabranches07@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho nasce a partir das experiências de uma doutoranda em Geografia do PPGEU/UERJ, sobre seu estágio em docência. Além do relato, nos propomos a discutir um momento de encontro sobre Educação Ambiental, parte de um semestre de estágio em docência com uma turma no 9º Período de Licenciatura em Geografia. Esta Prática Educativa dialoga dois encontros onde a Conservação da Natureza foi abordada, sendo um introdutório no primeiro terço da disciplina, e outro no último, sobre o qual aqui se enfatiza. São temas desta reflexão de experiência potencialidades da interdisciplinaridade, da multidisciplinaridade e da transdisciplinaridade em ações de Educação Ambiental elaboradas por Geógrafxs em modelo participativo. Estiveram em interlocução nos encontros ao todo 14 discentes e 3 estagiárixs, sendo 2 doutorandxs e 1 mestrandx. Abordou-se a temática do Projeto de Lei nº 2.903/2023, que defende um Marco Temporal para o reconhecimento de terras indígenas, a partir de uma perspectiva ecológica decolonial, em que o racismo e suas violências são um primeiro e fundamental ataque à Natureza para a manutenção de racionalidades extrativistas. Utilizando-se de escritórias, apresentou-se a dificuldade encontrada por quem vive em territórios como as terras indígenas de se manter e defender de investidas diversas. Discutiu-se a elaboração de ações de extensão voltadas à conscientização acerca do PL, vinculando conhecimentos geográficos ao território da Maré, destinando a ação imaginada a educadores populares. Dois trabalhos foram formulados e apresentados pelxs discentes, ambos relataram dificuldades em criar algo com a temática. Todos os grupos consideraram relevante a atividade para sua formação profissional, assim como abordagem e aprofundamento da temática em aula. Destacou-se a escuta como importante instrumento pedagógico para educadores-educandxs.

Palavras-chave: Maré-RJ; sensibilização ambiental, UERJ.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, produto de Tese em Andamento, agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, ao GeoCorpo (UERJ), ao Núcleo de Estudos Território e Resistência na Globalização (NUREG/UFF) e ao Núcleo de Estudos Cultura Popular e Sociedade (NECPS/UFRJ).



“Caminha melhor um povo que tem fundamentada toda a sua missão.”

(Bodoque - Thiago ElNiño, 2021)

Introdução

A disciplina Estágio Supervisionado V, oferecida ao 9º período do curso de Licenciatura em Geografia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) têm por objetivo

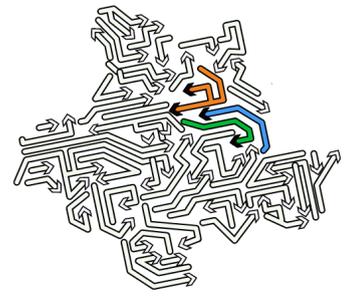
desenvolver um olhar analítico e investigativo dos licenciandos sobre a geografia escolar. promover a elaboração de pesquisas acadêmicas que tenham como foco a realidade das escolas e o ensino de geografia. capacitar o licenciando a investigar e interferir na realidade das escolas públicas conveniadas através de projetos voltados para o corpo discente e docente (UERJ, 2023).

E, como ementa:

caminhos metodológicos para o estudo da geografia escolar. O papel da pesquisa na formação do professor atuante no ensino fundamental e médio. o saber docente e a produção de conhecimento no universo escolar. Construção de projetos de pesquisa e extensão voltados para a docência da geografia nas escolas (UERJ, 2023).

Este trabalho se debruça sobre o 1º e o 4º encontros temáticos do primeiro semestre letivo do ano de 2023, cujos assuntos foram a) Multi, Inter e Transdisciplinaridade e Base Nacional Comum Curricular e b) Educação Ambiental e Diretrizes Curriculares Nacionais, respectivamente. A experiência que será apresentada, e sobre a qual se reflete, será a do 4º encontro. Serão retomadas explanações e exemplos apresentados no 1º encontro, já que foram planejados interligados.

As Escrevivências foram usadas como parte da prática didático-pedagógica. Para Dona Evaristo (2017), as escritas de si hoje produzidas contam sobre muitas vidas e muitos tempos, denunciam nelas a reterritorialização de injustiças seculares das violências coloniais. O método de geração e apresentação de dados sobre as populações marginalizadas pela urbanização, e apagamentos epistêmicos a partir da denúncia narrada, foi formulado por Dona



Conceição Evaristo (2017). Hoje é defendido enquanto retomada e atualização metodológica de escrita acadêmica, em contraposição a métodos hegemônicos em contextos diversos de

pesquisa, pela autora, por Xavier (2021) e por Reis (2021). Portanto, a opção pelo uso dessas e não de relatos de experiências como estudos de caso ou exemplos para os temas geradores, se deu em busca de cumprir o objetivo da disciplina. Criou-se um ambiente de diálogo entre a rigidez dos conceitos acadêmicos sobre as realidades tal qual são concebidas pelo saber institucionalizado, e os saberes produzidos por esses escrevíveis hoje inseridos no mundo universitário, estes sujeitos, que em sua grande maioria em idade escolar se encontra(ram) na rede pública de ensino.

O encontro foi pensado em formato de Roda de Conversa, com roteiro estipulando aproximadamente 2 horas de interação, contendo exposição de tema a partir de leitura ou contação de uma escrevivência acadêmica (XAVIER, 2019; 2021), diálogo sobre o exposto e interlocução sobre ações ocorridas ou em andamento vinculando o fazer ciência à lutas junto à sujeitos em pesquisa (BARTHOLL, 2015; NEPESGeografia, 2021; REIS, 2021).

Neste relato de experiência o argumento é apresentado em três partes. Na primeira destacam-se aspectos subjetivos da construção pedagógica da Prática Educativa em questão, presentes na fundamentação teórica que amparam e justificam a proposta. Em seguida, expõem-se elementos da pesquisa militante (BARTHOLL, 2015) intrínseca ao fazer pedagógico da autora, enquanto corpo-território-Natureza que se lembra (REIS, 2021), e que figuraram como temas geradores de debate com discentes. Por fim, descreve-se o planejamento da Prática Educativa, sua execução e, ao final, apresenta-se as reflexões oriundas de sua análise.

Fundamentos e Ancestralidade

Para os dois encontros, foram revisitadas memórias pré-formação acadêmica, pois considerou-se transdisciplinar o formato de ensino-aprendizagem experienciado pela estagiária em docência dada sua origem. Afroindígena Puri-Bantu, a doutoranda-estagiária não teve em seu percurso a experiência do Ensino Médio formal, o que foi questionado, sobre,

mais de uma vez pelos discentes. Ao invés de livros didáticos, a estagiária em exercício teve acesso a oralidades e vivências cujo os mediadores do saber em questão eram pássaros, plantas ou elementos da Natureza chamada abiótica, como rochas, além de fenômenos como as marés.

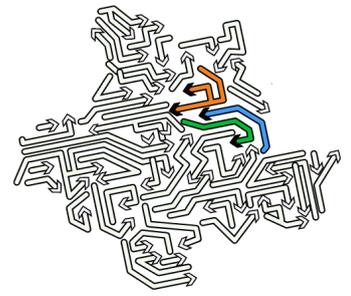
Reis (2021) destaca em sua escrita escriturária o uso de nomes que apontam a subjetividade de objetos de pesquisa para a retomada epistêmica de saberes, fazeres e diálogos originários e tradicionais. Isto é, quando se fala em Conservação da Natureza, a Natureza se lembra e essa memória ensina. Para a autora,

essa memória se materializa no ouvir a melodia das Pedreiras que assistem o cotidiano, em saber reconhecer o Encanto da Maré mesmo quando baixa, em convidar a dançar as palavras, que, se boas, curam como o vento, como anuncia para quem se esqueceu ou nunca o soube, Aílton Krenak (REIS, 2021, p.15).

Utilizando escriturários como a supracitada como material de referência para a proposta de construção progressiva-pedagógica de sensibilização, interpretação e educação ambiental em atividades de Geografia, por diversos momentos a interlocução com a política pública ou texto em leitura era com vivências não formais de aprendizagem. Marcou-se também o poder “que os Mestres e Doutores” têm como “os des-re-territorializadores e validadores da linguagem no campo dos saberes que (re)produziam as realidades na Cidade” (REIS, 2021, p.17). Convidou-se a refletir sobre o uso de fundamentos teóricos-metodológicos participativos, principalmente em ações de extensão em territórios de resistência (BARTHOLL, 2015) como aqueles em luta coletiva na Teia dos Povos, as periferias urbanas, rurais, aldeias, quilombos e movimentos sociais (TEIXEIRA et al., 2018). Com isso, apresentou-se a relevância de Griôs, Caciques, Pajés, Mais Velhos, Bisas, dentre outros lugares de fala cuja responsabilidade é ensinar pela oralidade sobre o tempo, a história, os fazeres e, assim, fazer continuar a identidade do povo em questão.

Povos e Aprendizagens e(m) movimento

Limulja (2019), dentre muitas considerações de imensurável relevância política para pesquisas e(m) ação com povos originários, destaca o frequente racismo presente na categorização de indígenas em movimento como nômades. Em sua problematização do termo,



frequentemente usado em elaborações técnicas e descritivas, aponta o aspecto reducionista das culturas que vivem em movimento e têm em suas práticas uma construção de linha do

tempo do espaço vivido pelo percurso percorrido. Mencionado este exemplo e contextualizado a partir de etnias do tronco Guarani ancestral, abordou-se o Projeto de Lei (PL) nº 490/2007 então tramitando no Senado Federal como PL nº 2.903/2023, o Marco Temporal, como tema viável de Ação de Educação Ambiental para/por Geógrafxs.

O Marco Temporal, tese jurídica que versa sobre a alteração sobre demarcação de terras indígenas, defende que apenas aquelas e aqueles cujo uso e ocupação de terras fosse reconhecido no momento da promulgação da Constituição Federal de 1988 pudessem requerer posse dessas terras, destituindo territórios inteiros de etnias indígenas ali viventes desde muito antes da colonização até então. Segundo Parecer solicitado pelo Plenário do Instituto dos Advogados Brasileiros,

é inteiramente inconstitucional, salvando-se apenas alguns poucos dispositivos que, se aprovados, redundarão em texto legal destituído de coerência interna e, portanto, imprestável, motivo pelo qual deve ser rejeitado (ANTUNES, 2021, p.3)

Couto (2011), abre um de seus contos, sobre culturas africanas e sua relação política com a Natureza enquanto elemento integrante dela, com um incômodo convite para dialogar sobre incêndios em um povoado, causado para criar trilhas de um conjunto de casas à outro e, assim, estabelecer trocas de alimentos, informações, serviços e afeto. Em diáspora, muitos destes povos habitam hoje o Rio de Janeiro e mantêm suas redes de apoio mútuo, sem incêndio, mas com outras práticas tão incômodas quanto, às vistas do Estado conservador, o que inclui a noção de Conservação da Natureza (REIS, 2021). Habitar, como é viável, a partir de memórias ancestrais e/ou territoriais de suas origens, construiu muitas das favelas do Rio de Janeiro, às mãos Nordestinas, Nortistas, Indígenas e Africanas. Estes locais, como o primeiro território escrivido e publicado por Dona Evaristo (2015), recebem



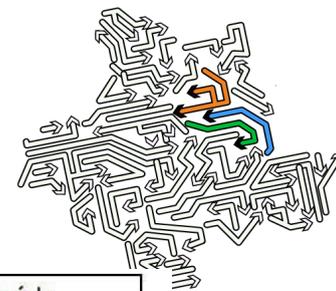
frequentemente a visita de universidades, com interesses como o de quem convidou Couto a falar sobre deixar de viver, em outras palavras, pelo bem da paisagem idealizada.

Experiência, reflexões e continuidades

Os encontros se iniciaram com uma pergunta aos discentes presentes: “Vocês estão confortáveis em roda?”. Em ambos os momentos a resposta foi unânime em afirmativa. E, como em Reis et al (2022), a pergunta gerou comentários de estranhamento não quanto à roda, mas à preocupação em deixar o corpo discente confortável. E, como com a autora em ação com adolescentes do ensino médio, ao questionar

...se estavam confortáveis. A pergunta foi recebida com desconfiança e risos. Quando convencidos da relevância da resposta para a ministrante, responderam em grupos e individualmente e a ministrante se apresentou, quanto ao nome e local de origem (REIS et al, 2022, p.12).

As temáticas do primeiro e do quarto encontro se dividiram entre estagiárias e estagiário, discentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) da UERJ, ficando à interlocução de cada tema com um responsável. Cada atividade proposta como “Estudos de Caso” do 4º encontro informava ao grupo que a escolhesse o território que receberia a ação e o público a que estaria destinada, podendo ser a) público discente de escola da Rede Pública de ensino do Rio de Janeiro, Ensino Fundamental em município da Baixada Fluminense com tema Questões Locais; b) público de formação continuada sobre Conservação da Natureza em uma Unidade de Conservação de proteção integral no litoral de município do Leste Fluminense; c) público de educadores populares sobre o Marco Temporal em ação na Favela da Maré-RJ.



Duração	Atividade	Descrição	Conteúdo
5min	Apresentação do Roteiro	breve orientação quanto a expectativa e formato de participação	Plano de Aula
20min	Roda de Conversa	exposição temática das políticas públicas e diálogo	Política Nacional de Educação Ambiental; Diretrizes Nacionais Curriculares (DCN's).
20min	Roda de Conversa	exposição temática e diálogo	Planos de Ação em Educação Ambiental; Exemplos de Ações.
5min	Proposta de Construção Pedagógica	breve apresentação de exemplos dos três estudos de caso em territórios e públicos outros	Estudos de Caso (ANEXO 1)
30min	Proposições para Estudos de Caso	elaboração de atividade vinculada à conteúdo e/ou abordagem geográfica pela turma	Anexo 1
30min	Roda de Conversa	apresentação de suas elaborações	Proposições da Turma

(Roteiro de Encontro. Elaboração: Camila Reis Tomaz e Pammella Casimiro de Souza. 2023.)

Inicialmente, a mestranda-estagiária sugeriu a abordagem do "Marco Temporal" em algum momento do encontro, a fim de convidar ao exercício de cidadania na participação de discentes em um abaixo assinado para a derrubada do PL. Em paralelo, acontecia a organização coletiva do Festival das Resistências, que viria a se realizar nos dias 23, 24 e 25 de Junho no Pontilhão Cultural, na Favela da Maré-RJ. Neste, uma das doutorandas-estagiárias proponentes dos dois encontros, estaria em ação enquanto afroindígena, corpo-oralidade em resistência e re-existência. Em diálogos com a organização, a estagiária que conduziria o momento do Marco Temporal na disciplina, reconhecendo a relevância e urgência da temática, transformou então em tema gerador de atividade proposta para sensibilização ambiental, a partir de uma perspectiva atravessada ou fundamentada na Ecologia Decolonial de Ferdinand (2022), em que deveria se situar na ou para habitantes da Maré-RJ e ter como público, educadores populares. E criou a própria, que seria levada posteriormente ao Festival, apresentando-a ao final do encontro, convidando a quem quisesse a participar com ideias coletivas e(m) ações emancipatórias.

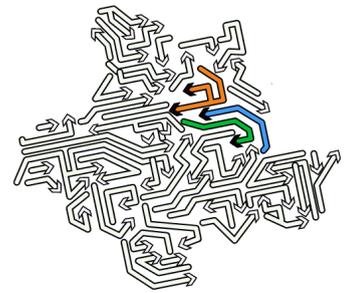
Foi pedido aos grupos que elaborassem, em diálogo, propostas de ação pontual para o público contextualizada ao território e suas identidades espaciais, temporais e originárias por trinta minutos. A apresentação da proposta seria feita por um ou mais integrantes do grupo



podendo usar o tempo livremente (com bom senso quanto aos demais a apresentar e dedução do tempo geral) para contextualizar e justificar a escolha do tema/ território/ público, descrever a interpretação ou recorte feito sobre cada item e elencar dificuldades, interesses e potencialidades encontradas no processo de criação coletiva. O uso de celulares *smartphone* foi encorajado para buscas sobre o tema, sobre o território, pesquisas relacionadas, etc; e estagiários se disponibilizaram para o que sentissem necessidade de troca para a composição.

O primeiro grupo a escolher a opção do Marco Temporal foi composto por 4 discentes, sendo um morador da Maré e tendo um visitado o Museu da Maré, na entrada da Favela, mas não conhecendo nada além deste espaço. E demais integrantes nunca haviam visitado. Perguntados estes que não haviam estado lá ainda, disseram não conhecer nada que considerassem relevante sobre a favela. A escolha pelo tema foi justificada pelo componente morador e interesse no desafio do trabalho com algo desconhecido. Informaram que sua proposta seguiria a metodologia de uma Roda de Conversa, onde se apresentasse o passado espacial e territorial Maré para que, com isso, interlocutores trouxessem memórias de suas infâncias para compor um futuro material editorial a ser posteriormente distribuído no território. A partir da composição do presente pela contação e soma de passados, debateriam proponentes e interlocutores sobre um futuro para a Maré onde o território fosse assegurado como continuidade identitária de quem o habita. Assim, pretendiam criar documentação após a roda de conversa que assegurasse, enquanto registro, um futuro. Enquanto isso, explicariam como aquela era uma ação motivada por povos em situação semelhante em outras regiões do país. O grupo comentou encontrar dificuldades de apresentar o PL do Marco Temporal diretamente ou criar uma ação com ligação explícita com o repertório de experiências anteriores na formação. Destacaram a importância da proposta em seus caminhos acadêmicos e comentaram a proposta ter gerado ideias que capilarizaram a proposta para seus temas de pesquisa individual.

O segundo grupo foi composto por duas pessoas que não conheciam o território, um dos componentes havia chegado no início do terceiro momento da aula, e justificaram a escolha pelo público, que interpretaram como moradores que trabalhassem organizados por ou em Organizações Não Governamentais (ONGs) no território “com muitas questões ambientais, pouca informação e nenhuma estrutura”. Nenhuma apresentação foi interrompida



com comentários, concordâncias ou discordâncias. Estes foram sintetizados e expostos ao final. O grupo iniciou com as dificuldades encontradas, sendo elas: a) inclusão do tema Marco

Temporal “de forma explícita e objetiva” na proposta; b) pensar “material que tivesse linguagem acessível para esse público”; c) falar com um público de local desconhecido sobre tema desconhecido tendo “apenas a internet como fonte de busca”. Como ação relevante para “moradores de comunidade”, o grupo considerou “relevante para o território” a produção de uma cartilha que apresentasse, a partir de falas de moradores, desastres ambientais e riscos de reincidência devido a “questões comuns”. As falas que comporiam essa “memória” como chamou o grupo supostas situações comuns à Maré como enchentes e deslizamentos de encostas, seriam geradas através de ação prévia, sendo esta uma dificuldade que encontraram: pensar como gerar essas falas para compor a cartilha. Durante a apresentação, conversaram e a turma reagiu com “Roda de Conversa” e “Reunião com moradores” ao que o grupo aquiesceu.

O interesse pelo tema que desconheciam e os comentários de colegas sobre e para as duas apresentações trazidas aqui demonstram a potencialidade de debates como esse durante a formação como espaços de encontro com diferenças. A turma, ao descobrir ter um colega morador da Maré, buscar nele confirmações quanto à pertinência da proposta e querer ouvi-lo sobre a ação que seria enviada para o Festival das Resistências, sugere um despertar de atenção ao compromisso com as subjetividades envolvidas na ação em pesquisa.

A apresentação da ação final revelou-se um espaço avaliativo da proposta, visto que antes de justificar a abordagem escolhida ou descrever o percurso pedagógico imaginado, a turma já participava ativamente sugerindo caminhos condizentes com o entendimento de que o que se escreve hoje sobre as memórias apagadas da História de subjetividades silenciadas na História se inscreve como um marco científico-político justamente na ausência de escritos anteriores. Logo, não há documentos sobre quem colonizadores não gostariam que existisse, por isso, hoje escrevem sobre si.



Encontrou-se como lacuna a ausência de propostas que discutissem junto questões de gênero, apesar de uma das explanações a partir de Escrevivências da própria Dona Evaristo (2017) envolver a temática, assim como na leitura da Lei nº 9795/99, a menção ao aspecto gênero como indicador de qualidade de vida coletiva no Planeta Terra foi enfatizada. Para ações futuras, registrou-se o conceito Territorialidades embasado pelo trabalho de Abranches Junior e de Almeida Neto (2015) sobre a Parada Gay em São Paulo como possibilidade de reflexão sobre o exercício de re-territorialização em movimento na cidade, como um paralelo comparativo pedagógico para os Povos Indígenas em Movimento e um encontro de subjetividades em luta.

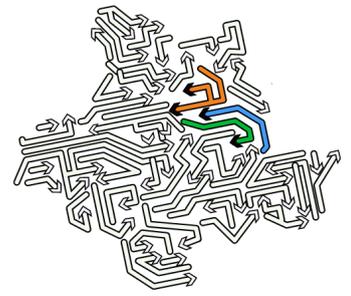
Considerações finais

Escrevíveis de hoje foram aqueles que não estiveram inscritos na História da formação de cidades inteiras, construídas por suas mãos, sobre sequestros de suas mães e assassinatos de seus pais. Cidades estas que hoje inscrevem seus imóveis por escritura, e exigem destes e daqueles a escritura de sua história. A História apagada por quem a exige.

A experiência de estágio em docência, proposta na disciplina Estágio V do curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Campus Maracanã, contribuiu para que se estabelecesse uma relação de ensino de duplo aprendizado. O deslocamento da centralidade do saber promovido pelas escrevivências, conferiram à sala de aula uma posição de lugar de escuta. A escuta, não interrompida pelo suposto saber autorizado do estagiário docente, possibilitou que os discentes revelassem na academia as relações espaço-temporais percebidas, através de suas histórias espacialmente vivenciadas. Nesse movimento de dupla troca, marcado por uma pedagogia do acolhimento, foi proporcionado ao estagiário docente experimentar uma prática pedagógica inclusiva, cujo resultado foi a entrega de um envolvimento massivo da turma a proposta inicial apresentada.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Paulo de Bessa. Parecer sobre o PL 490/2007 que trata da demarcação de terras indígenas. **Revista Jurídica (FURB)**, [S.l.], v. 25, n. 56, p. e10342, set. 2021. ISSN 1982-4858. Disponível em <https://bu.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/10342>. Acesso em: 08. 07. 2023.



BARTHOLL, Timo. **Territórios de resistência e movimentos sociais de base: uma investigação militante em favelas cariocas.** 452 f. 2015. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFF.

COUTO, Mía. **E se Obama fosse africano.** Editora Companhia das Letras, 2011.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória.** Pallas Editora, 2017.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho.** Ubu Editora, 2022.

JUNIOR, Nilton Abranches; DE ALMEIDA NETO, Arthur Marques. Religião, gênero e território: discursos midiáticos da Parada Gay de São Paulo. **Espaço e Cultura**, n. 38, p. 205-224, 2015. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/29076> Acesso em 29.06.23.

LIMULJA, Hanna Cibele Lins Rocha. **O desejo dos outros: uma etnografia dos sonhos Yanomami (Pya ú Toototopi).** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2019. 154f.

NEPESGeografia. 2021. **A ciência como ferramenta de luta** - com Timo Bartholl (UFF). 1:46:08. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Qt0E9T0meC4>>. Acesso em 20 mar. 2021.

REIS, Camila Tomaz. **Encruzilhadas Geopoéticas na Conservação da Natureza: Territorialidades e Guardas-Parques em Território Cunhambebe.** 2021. Dissertação de Mestrado Profissional em Ecoturismo e Conservação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2021. 399f.

REIS, Camila Tomaz; SOUZA, Pammella Casimiro; BARBOSA, Lidiane Santos; SILVA, Renato Mendonça Barreto da; VINOLO, Bernard de La Vega. SESC E O RACISMO RECREATIVO NA ESCOLA: RECREIO ANTIRRACISTA EM CURSO. **Temas em Educação Física Escolar**. Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 01 – 20, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33025/tefe.v7i0.3735>.

TEIXEIRA, Carine Andrade et al. A Teia dos povos a aliança e unidade dos povos e movimentos do campo e da cidade. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018. Disponível em <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/1528> Acesso em 29.06.23.

UERJ. Ementário. Rio de Janeiro, disponível em https://www.ementario.uerj.br/ementa.php?cdg_disciplina=12360. Acesso em 08.07.23

XAVIER, Giovana. Grupo Intelectuais Negras UFRJ: a invenção de uma comunidade científica e seus desafios. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 38, p. 224-239, 2021.



Disponível em <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/43121>. Acesso em 30.06.23.